

Joana Stelzer

**DIREITO
DO COMÉRCIO
INTERNACIONAL**
DO FREE TRADE AO FAIR TRADE

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-7958-9



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Stelzer, Joana.

S824 *Direito do comércio internacional: do Free Trade ao Fair Trade.*/ Joana Stelzer./ Curitiba: Juruá, 2018.
 216p.

1. Direito internacional. 2. Comércio internacional.
 3. Organização Mundial do Comércio. I. Título.

CDD 341.1 (22.ed)
 CDU 341

000088

1125214

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	17
INTRODUÇÃO.....	19
Capítulo 1 ASPECTOS DESTACADOS DO CAPITALISMO GLO- BAL E A FORMAÇÃO DO DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	23
1.1 CAPITALISMO E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: OS PILARES ECONÔMICOS DO DIREITO DO COMÉR- CIO INTERNACIONAL	23
1.2 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A ORGANIZAÇÃO DO SÉCULO XIX: HERANÇA PARA O COMÉRCIO MUNDIAL	24
1.3 A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA GLOBAL ENFRENTA DIFICULDADES: AS PRIMEIRAS CRISES	33
1.4 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: A LIDERANÇA COMERCIAL PASSA AO COMANDO DOS EUA	35
1.5 A DESINTEGRAÇÃO DO PADRÃO OURO E A ECO- NOMIA DE MERCADO: A “GRANDE TRANSFOR- MAÇÃO” NA ÓTICA DE KARL POLANYI.....	39
1.6 O CENÁRIO PREPARADO PARA AS REGRAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	43
Capítulo 2 PERSPECTIVA DO DIREITO DO COMÉRCIO INTER- NACIONAL: DE BRETTON WOODS À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO	49
2.1 FORMAÇÃO DO GATT E A HISTÓRIA COMO TES- TEMUNHA.....	50
2.2 OS AVANÇOS DAS RODADAS GATT.....	55

2.2.1	As Quatro Primeiras Rodadas: Genebra I (1947), Annecy (1949), Torquay (1950-1951) e Genebra II (1955-1956).....	55
2.2.2	A Quinta Rodada: Dillon (1960)	56
2.2.3	A Sexta Rodada: Kennedy (1964-1967) e a UNCTAD.....	57
2.2.4	A Sétima Rodada: Tóquio (1973-1979)	58
2.2.5	A Oitava Rodada: Uruguai (1986-1994)	59
2.3	O ESGOTAMENTO DO GATT E A EMERGÊNCIA DA OMC	61
2.4	OS POSTULADOS DA OMC	62
2.5	O TEMA DA AGRICULTURA NA OMC E A DIFICULDADE DOS ACORDOS	66
2.6	O ORDENAMENTO DA OMC: UM MODELO TRADICIONAL DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E SUA NECESSÁRIA REVISÃO.....	68

Capítulo 3	O DIREITO COMERCIAL SUPRANACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA	71
3.1	DA IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO PARA A CONSOLIDAÇÃO JURÍDICA DO BLOCO EUROPEU.....	73
3.2	A PREVISÃO NORMATIVA PARA FORMAÇÃO DO MERCADO ÚNICO	74
3.2.1	O Direito Originário	75
3.2.2	O Direito Derivado	77
3.2.3	A Jurisprudência como Fator Jurídico-Estratégico para Realização do Mercado Único	79
3.3	AS DECISÕES JURISPRUDENCIAIS: CONSTRUIR UM MERCADO A PARTIR DE UMA INÉDITA ESTRUTURA NORMATIVA	82
3.3.1	Os Direitos Aduaneiros e as Medidas de Efeito Equivalente	82
3.3.2	As Restrições Quantitativas e as Medidas de Efeito Equivalente.....	83
3.4	O PODER NORMATIVO DO DIREITO COMUNITÁRIO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O COMÉRCIO COMUNITÁRIO	89

Capítulo 4	A AMÉRICA LATINA: DO CHOQUE CIVILIZACIONAL AOS VALORES DE JUSTIÇA COMERCIAL.....	97
4.1	A LONGA CONQUISTA DA AMÉRICA LATINA	99
4.1.1	Da Conquista da América: Entre a Acumulação de Riqueza da Europa e a Espoliação Latino-Americana Direta.....	99
4.1.2	A América Latina Após os Processos de Independência Política e a Continuidade de Sua Dependência Econômica	104
4.1.3	A América Latina e a Inserção no Sistema OMC: da Esperança ao Fracasso.....	111
4.2	O FENÔMENO DA TRANSNACIONALIZAÇÃO SOCIAL E OS VALORES DA AMÉRICA LATINA: A COINCIDÊNCIA DOS VALORES DE SUSTENTABILIDADE COM O CONCEITO DE 'SUMAK KAWSAP' ..	112
Capítulo 5	COMÉRCIO JUSTO: FUNDAMENTOS POLÍTICO-JURÍDICOS.....	121
5.1	FUNDAMENTOS PARA UM SISTEMA COMERCIAL COM JUSTIÇA	122
5.2	GÊNESE E CONCEITO DO COMÉRCIO JUSTO	125
5.3	O COMÉRCIO JUSTO NA ORIGEM: EM BUSCA DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA	128
5.4	COMÉRCIO PAUTADO POR CRITÉRIOS JUSTOS NAS TROCAS INTERNACIONAIS	131
5.5	SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DA CLAC: A PROPOSTA LATINO-AMERICANA	133
5.6	AS (POLÊMICAS) REGRAS DE CERTIFICAÇÃO: FLO E SPP.....	137
Capítulo 6	COMÉRCIO JUSTO E TRANSNACIONALIDADE NA AMÉRICA LATINA.....	141
6.1	COMÉRCIO JUSTO E TRANSNACIONALIDADE: POR UM NOVO REFERENCIAL DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	142
6.1.1	Transnacionalidade: Breve Panorama Sobre as Regras de Comércio Justo	143
6.1.2	Concepção Principiológica Transnacional do <i>Fair Trade</i> e do Comércio Justo.....	148

6.2	PANORÂMICA LATINO-AMERICANA: COMÉRCIO JUSTO E SUA INSERÇÃO INTERNACIONAL	157
6.3	ORDENAMENTOS NACIONAIS DE COMÉRCIO JUSTO LATINO-AMERICANO: BRASIL E EQUADOR	158
6.3.1	A Legislação do Brasil Sobre o Comércio Justo ..	159
6.3.2	A Previsão Constitucional de Comércio Justo no Equador	165
Capítulo 7	CONSUMO E COMÉRCIO JUSTO NA AMÉRICA LATINA: POR UM MARCO JURÍDICO LATINO-AMERICANO.....	169
7.1	A EQUAÇÃO INJUSTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E A AMÉRICA LATINA.....	170
7.2	A 'BANALIDADE DO MAL COMERCIAL' E O CONSUMO: A ORIGEM DA DISTOPIA.....	173
7.2.1	Irreflexão do Consumidor e Superfluidade.....	175
7.2.2	A Sociedade do Consumo e a Origem da Irreflexão do Consumidor	179
7.2.3	O Consumidor que Não Pensa.....	180
7.3	DIREITO DO COMÉRCIO JUSTO: A AMÉRICA LATINA AO CENTRO.....	181
7.3.1	A Natureza Transnacional do Comércio Justo	184
7.3.2	Comércio Justo: na Produção e na Comercialização.....	185
7.3.3	Dignidade à Pessoa Humana (Também) nas Relações Comerciais.....	187
7.4	O PAPEL DO ESTADO: NORMAS COM REVERSO JUSTO NO CONSUMO.....	189
	CONCLUSÃO	193
	REFERÊNCIAS	197
	ÍNDICE REMISSIVO.....	205